



ESTADO DE ALAGOAS PREFEITURA DE MAJOR ISIDORO



AVISO DE ALTERAÇÃO DE DATA DE LICITAÇÃO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

SERVIÇOS SEM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA – LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAJOR IZIDORO

PREGÃO ELETRÔNICO

90012/2025

(Processo Administrativo nº 003.008.821135)

AVISO DE ALTERAÇÃO DE DATA DE LICITAÇÃO

Por este aviso, torna-se público para ciência dos interessados que a sessão de abertura de propostas de preços e documentação de habilitação do **Pregão Eletrônico nº 90012/2025 – UASG 982787**, marcada para as **09hs** do dia **17/10/2025**, foi alterada para as **09hs** do dia **04/11/2025**, no mesmo sítio/local indicado na publicação originária, em razão de "**Nova previsão de Abertura**" por indefinição de prazo na configuração da sessão no sistema: **www.gov.br/compras/pt-br**, ambiente eletrônico do **Compras.Gov.Br**. A nova data/hora de abertura, será fim do acolhimento e deve ser informada de no mínimo **24 hs** da data/hora atual. Maiores informações no e-mail: **cpl@majorizidoro.al.gov.br**

DATA E HORA DE INICIO DAS PROPOSTAS:	08H:00M DO DIA 16/10/2025 (HORÁRIO DE BRASÍLIA).
DATA E HORA LIMITE PARA IMPUGNAÇÃO:	23H:59M DO DIA 13/10/2025 (HORÁRIO DE BRASÍLIA).
DATA E HORA FINAL DAS PROPOSTAS:	09H:00M DO DIA 04/11/2025 (HORÁRIO DE BRASÍLIA).
DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS:	09H:00M DO DIA 04/11/2025 (HORÁRIO DE BRASÍLIA).
LOCAL:	www.gov.br/compras/pt-br/
MODO DE DISPUTA:	ABERTO

.....
JARDIEL PEREIRA DA SILVA

AGENTE DE CONTRATAÇÃO/PREGOEIRO



JUSTIFICATIVA DE ALTERAÇÃO DE DATA DE LICITAÇÃO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

SERVIÇOS SEM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA – LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAJOR IZIDORO

PREGÃO ELETRÔNICO

90012/2025

(Processo Administrativo nº 003.008.821135)

JUSTIFICATIVA

A Lei Federal nº 14.133 de 2021, dispõe de normas que disciplinam as licitações públicas e que devem ser interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que informadas no edital e não comprometam o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

Considerando que o objeto do certame é **serviços comuns**, regido pela modalidade pregão, em sua forma eletrônica, registra-se para os efeitos que a Lei Federal nº 14.133 de 2021 abrandou exigências, quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto como se observa a partir da leitura do seguinte dispositivo legal. **Vejamos:**

Art. 55. Os prazos mínimos para apresentação de propostas e lances, contados a partir da data de divulgação do edital de licitação, são de:

[...]

II - no caso de serviços e obras:

- a) 10 (dez) dias úteis, quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto, no caso de serviços comuns e de obras e serviços comuns de engenharia;
- b) 25 (vinte e cinco) dias úteis, quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto, no caso de serviços especiais e de obras e serviços especiais de engenharia; [...]

Nesse sentido, as disposições a que se refere o caput do presente artigo, prevê que, nas licitações regidas pela modalidade pregão e concorrência, seja na forma eletrônica ou presencial, cujo objeto tratar, **no caso de serviços comuns e de obras e serviços comuns de engenharia**, deve sempre ser respeitado o prazo mínimo para apresentação de propostas e lances que são de **10 (dez) dias úteis**, contados a partir da data de divulgação do edital de licitação, quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto.

É importante ressaltar que, a sessão pública de realização do certame teve data de reabertura marcada para as **09hs** do dia **17/10/2025**, conforme veja-se na publicação do aviso de licitação publicado na pág. 25, da Ed. ANO XIII | Nº 2651, do dia 01/10/2025 do Diário Oficial da Municípios (DOM), na pág. 268, da Ed. nº 189 | Seção 3, do dia 03/10/2025 do Diário Oficial da União (DOU) e na página 13 da Edição impressa produzida pelo Jornal "Tribuna Independente" com circulação diária em bancas de jornais e assinantes.

Ocorre que, dada a publicidade dos avisos supra, não houve publicação do edital da licitação na plataforma eletrônica de realização do pregão eletrônico, conforme preceitua legislação vigente, sendo que, dessa forma, **"o recebimento de propostas não respeitará o prazo de 10 (dez) dias úteis"** contados da data de publicação, sendo este considerado causa de nulidade da licitação em caso de omissão, contradição, erro ou obscuridade da decisão, invalidando as publicações anteriores, uma vez que, a publicidade pelo meio acima transcrito é requisito fundamental para validade do certame.

Desta forma, em razão de **"Nova previsão de Abertura"** por indefinição de prazo na configuração da sessão no site: **www.gov.br/compras/pt-br/**, ambiente eletrônico do **COMPRAS.GOV.BR**, a data de realização da sessão de abertura de propostas de preços e documentação de habilitação do pregão eletrônico em questão, deve ser alterada e dada a publicidade para ciência dos interessados.



ESTADO DE ALAGOAS PREFEITURA DE MAJOR ISIDORO



Todavia, quando o motivo de republicação for/ocorrer por necessidade de alteração de cláusulas editalícias, esta deve ser feita em **todos os mesmos veículos e com a mesma quantidade daquela originalmente realizada**, ou seja, a lei determina que a publicidade seja feita **da mesma forma como se deu a divulgação inicial/original** e não aquela mínima estabelecida na legislação.

Sobre essa ótica, estabelece a **Lei Federal nº 14.133 de 2021**:

Art. 55. § 1º Eventuais modificações no edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, **exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.**

Toda cautela, portanto, é necessária quando se trata de alteração de cláusulas editalícias, pois apenas se permite modificações do edital sem a reabertura de prazo, desde que efetivamente estas não causem nenhuma repercussão para a habilitação ou elaboração da proposta dos potenciais licitantes interessados. Caso a Administração opte por ampliar a divulgação mínima imposta na lei, deve ter o cuidado de repetir a mesma ampliação no caso de modificações do edital, inclusive quanto ao prazo, que deve ser reaberto igualmente ao prazo inicialmente estabelecido, e não o prazo mínimo legalmente previsto, caso aquele tenha sido maior.

Pois saibam que qualquer alteração significativa de cláusulas em editais de licitação, capazes de afetar as propostas dos licitantes, ainda que feitas por meio das respostas aos pedidos de esclarecimentos de licitantes, sem a devida republicação do edital e reabertura de prazos para apresentação de propostas, infringe a lei e a jurisprudência do TCU.

Acórdão 2032/2021-TCU-Plenário.

9.4.11. a alteração significativa de cláusulas editalícias, capaz de afetar as propostas dos licitantes, ainda que feitas por meio das respostas aos pedidos de esclarecimentos de licitantes, sem a devida republicação do edital e reabertura de prazos para apresentação de propostas, ofende os princípios da publicidade, da vinculação ao instrumento convocatório e da isonomia, conforme reconhecido pela jurisprudência do TCU, em especial os Acórdãos 658/2008-TCU-Plenário, de relatoria do Min. Aroldo Cedraz, 2.179/2011-TCU-Plenário, de relatoria do Min. Subs. Weder de Oliveira, 702/2014-TCU-Plenário, de relatoria do Min. Valmir Campelo, e 1.608/2015-TCU-Plenário, de relatoria do Min. Benjamin Zymler.

Nesta ocasião, a republicação do edital alterado deve ser feita em **todos os mesmos veículos e com a mesma quantidade daquela originalmente realizada**. A lei determina que a publicidade seja feita **da mesma forma como se deu a divulgação inicial/original** e não aquela mínima estabelecida na legislação. Portanto, caso a Administração opte por ampliar a divulgação mínima imposta na lei, deve ter o cuidado de repetir a mesma ampliação no caso de modificações do edital, inclusive quanto ao prazo, que deve ser reaberto igualmente ao prazo inicialmente estabelecido, e não o prazo mínimo legalmente previsto, caso aquele tenha sido maior.

Desta forma, ainda que a Administração retifique o edital, **dispensando** a exigência de apresentação de algum documento, haverá necessidade de republicação do edital e reabertura de prazos, pois isto também afeta a formulação das propostas, afinal, os licitantes teriam sua situação simplificada.

Basta imaginar a situação de um possível licitante que deixaria de participar da licitação porque não dispunha daquele documento que foi dispensado. Suprimido o documento, o potencial licitante teria a capacidade de participar da licitação, portanto, a republicação do edital é necessária para que ele disponha de prazo adequado para elaborar sua proposta e obter os documentos exigidos.

Nesta linha de pensamento, o professor **Marçal Justen Filho** (in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 11ª ed., São Paulo: Dialética, 2005, p. 192):



ESTADO DE ALAGOAS PREFEITURA DE MAJOR ISIDORO



"(...) o dispositivo tem de ser interpretado segundo o **princípio da razoabilidade**. Em princípio, toda e qualquer alteração do edital afeta a formulação das propostas. Excluídas questões totalmente irrelevantes, que nem precisariam ser objeto de disciplina no edital, a quase totalidade das regras ali previstas devem ser respeitadas pelos licitantes na elaboração das propostas. Para adotar interpretação razoável, deve ter-se em vista, então, o prejuízo sofrido pelo licitante em virtude de alteração. O problema fundamental reside na viabilidade da elaboração das propostas segundo o prazo original. Ou seja, é obrigatório reabrir o prazo quando a inovação trazida não puder ser atendida no prazo remanescente.

Assim, tanto as modificações editalícias que **aumentam** quanto as que **reduzem** os requisitos para participar dos certames reclamam a reabertura de prazo legal de publicidade inicialmente concedido.

Segundo o **Acórdão nº 2632/2008, TCU-Plenário**:

Não poderia ser outra a inteligência dada a matéria, uma vez que a norma em foco busca dar fiel cumprimento ao princípio da publicidade e da vinculação ao instrumento convocatório que norteiam as disputas dessa natureza, eis que o edital serve para dar amplo conhecimento aos interessados em participar do torneio licitatório, bem como estabelece as regras a serem observadas no seu processamento, que vinculam a Administração e os licitantes.

Assim sendo, a alteração a que se pretende não compromete a formulação das propostas, tendo em vista que sua ocorrência se dá, em razão de "**Nova previsão de Abertura**" por indefinição de prazo na configuração da sessão no sistema: **www.gov.br/compras/pt-br/**, ambiente eletrônico do **COMPRAS.GOV.BR** e não por meio de alteração de cláusulas editalícias, nem tampouco por meio de respostas a pedidos de esclarecimentos, o que não existe de fato.

Destarte, deve-se considerar que, nas datas de finais de semana (sábados e domingos), não reportará na contagem de prazo em razão de não haver expediente nos órgãos desta Prefeitura.

É importante ressaltar que a presente justificativa não vincula a decisão superior acerca da conveniência e oportunidade do ato de alteração de data da reabertura da licitação, apenas faz uma contextualização fática e documental com base naquilo que foi carreado a este procedimento licitatório. Contudo, vem somar no sentido de fornecer subsídios à Autoridade Administrativa Superior, a quem cabe a análise desta e a decisão pela reabertura.

Desta forma, justifica-se a alteração de data de reabertura da licitação com contagem de prazo para o acolhimento de propostas de preços e documentação de habilitação em sessão pública, alterada para o próximo dia útil subsequente, no mesmo sitio/local indicado na publicação originária que tornou público a realização do certame.

Pelo exposto, a nova data/hora de abertura, será fim do acolhimento e deve ser informada de no mínimo **24 hs** da data/hora atual.

.....
JARDIEL PEREIRA DA SILVA
AGENTE DE CONTRATAÇÃO/PREGOEIRO

DIREITO PÚBLICO INTERNO, CNPJ SOB O Nº 12.265.468/0001-97, E A EMPRESA MARKA SYSTEM SUPORTE TECNICO E MANUTENCAO DE SISTEMA DE INFORMATICA LTDA., INSCRITA NO CNPJ SOB O N. 26.080.723/0001-31. VALOR: R\$ 62.000,00. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: ORGÃO: 02; SECRETARIA: 05; UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 0105; DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 04.122.0001.2007; ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.3.9.0.39; FONTE DE RECURSO: 1.500.0000. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE SISTEMA DE GERENCIAMENTO (SOFTWARE) WEB PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL. FUNDAMENTO: ART. 75, II, DA LEI Nº 14.133/2021. DO PRAZO: 04 (QUATRO) MESES. DATA DA ASSINATURA: 14/10/2025.

Publicado por:
Roselânia Alves Santos
Código Identificador:C59DB6C3

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 044/2025. DISPENSA N. 008/2025. DAS PARTES: MUNICÍPIO DE JUNQUEIRO/AL, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, CNPJ SOB O Nº 12.265.468/0001-97, E A EMPRESA ELANYSE CERIMONIAL & EVENTOS LTDA, INSCRITA NO CNPJ SOB O N. 32.117.928/0001-47. VALOR: R\$ 54.530,00. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: ORGÃO: 02; SECRETARIA: 18; UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 0118; DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 04.122.0001.2030; ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.3.9.0.39; FONTE DE RECURSO: 1.500.0000. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA LOCAÇÃO DE PRODUTOS E ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA DECORAÇÃO E EVENTOS. FUNDAMENTO: ART. 75, II, DA LEI Nº 14.133/2021. DO PRAZO: 180 (CENTO E OITENTA DIAS). DATA DA ASSINATURA: 14/10/2025.

Publicado por:
Roselânia Alves Santos
Código Identificador:79D03D82

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA

MUNICÍPIO DE JUNQUEIRO/AL, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, C.N.P.J. sob o nº 12.265.468/0001-97, com sede na Rua João de Deus, nº 76 -, Centro, cidade de Junqueiro, Estado de Alagoas, neste ato representado pelo Senhor Prefeito, Cícero Leandro Pereira da Silva, considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021 e o que consta no processo em epígrafe, CONCORDO com o posicionamento Procuradoria-Geral do Município sobre o processo em apreciação, RATIFICO o entendimento exposto e AUTORIZO a celebração do contrato com a empresa MARKA SYSTEM SUPORTE TECNICO E MANUTENCAO DE SISTEMA DE INFORMATICA LTDA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 26.080.723/0001-31, sediado(a) na Av. Hermano Plech, n. 510, centro, União dos Palmares/AL, CEP 57.800-000, no valor total de R\$ 62.000,00 (sessenta e dois mil reais), tendo por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de sistema de gerenciamento (software) web para a Administração Pública Municipal, com espeque no art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021.

Publique-se.

Junqueiro/AL, 14 de outubro de 2025

CÍCERO LEANDRO PEREIRA DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Roselânia Alves Santos
Código Identificador:2A392336

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA

MUNICÍPIO DE JUNQUEIRO/AL, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, C.N.P.J. sob o nº 12.265.468/0001-97, com sede na Rua João de Deus, nº 76 -, Centro, cidade de Junqueiro, Estado de Alagoas, neste ato representado pelo Senhor Prefeito, Cícero Leandro Pereira da Silva, considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021 e o que consta no processo em epígrafe, CONCORDO com o posicionamento Procuradoria-Geral do Município sobre o processo em apreciação, RATIFICO o entendimento exposto e AUTORIZO a celebração do contrato com a empresa ELANYSE CERIMONIAL E EVENTOS LTDA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 32.117.928/0001-47, sediado(a) na Av. Novo Nordeste, n. 60, bairro São Luiz, Arapiraca/AL, CEP 57.301-400, no valor total de R\$ 54.530,00 (cinquenta e quatro mil, quinhentos e trinta reais), tendo por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços para locação de produtos e assistência técnica para decoração e eventos, com espeque no art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021.

Publique-se.

Junqueiro/AL, 13 de outubro de 2025

CÍCERO LEANDRO PEREIRA DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Roselânia Alves Santos
Código Identificador:2DAADA28

ESTADO DE ALAGOAS PREFEITURA MUNICIPAL DE MAJOR IZIDORO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAJOR IZIDORO AVISO DE ALTERAÇÃO DE DATA DE LICITAÇÃO

Por este aviso, torna-se público para ciência dos interessados que a sessão de abertura de propostas de preços e documentação de habilitação do **Pregão Eletrônico nº 90012/2025 – UASG 982787**, marcada para as **09hs** do dia **17/10/2025**, foi alterada para as **09hs** do dia **04/11/2025**, no mesmo sítio/local indicado na publicação originária, em razão de "Nova previsão de Abertura" por indefinição de prazo na configuração da sessão no sistema: **www.gov.br/compras/pt-br**, ambiente eletrônico do **Compras.Gov.Br**. A nova data/hora de abertura, será fim do acolhimento e deve ser informada de no mínimo **24 hs** da data/hora atual. Maiores informações no e-mail: **cpl@majorizidoro.al.gov.br**

JARDIEL PEREIRA DA SILVA
Agente de Contratação/Pregoeiro

Publicado por:
Djalma Silva Almeida
Código Identificador:CCE2FAC2

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAJOR IZIDORO AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA POR DISPENSA DE LICITAÇÃO

Face aos constantes nos autos do procedimento de Contratação Direta Por Dispensa de Licitação nº **025/2025**, referente ao Processo Administrativo nº 002.008.565257. Objeto: Contratação de empresa para rastreamento, monitoramento e assistência 24 h para veículos, em atendimento a Secretária Municipal de Saúde do Município de Major Izidoro/AL. RATIFICO o objeto do certame, sob os fundamentos do artigo 72, VIII da Lei Federal nº 14.333/2021, para que se produzam os devidos efeitos legais, em prol da empresa: **VITOR SOARES MORAES REGO**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. **32.436.287/0001-93**. Valor Total: **R\$ 9.000,00** (nove mil reais).

Extrato de Contrato

Espécie: Contrato nº 069/2025. Processo Administrativo nº 002.008.565257. Contratação: Dispensa de Licitação nº 025/2024. Fundamentação Legal: art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021. Objeto: **Contratação de empresa para rastreamento, monitoramento e assistência 24 h para veículos, em atendimento a**